



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA

ROSA ELIANA TORRES

POVO TREMEMBÉ: DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS E FORMAS DE
MOBILIZAÇÃO ÉTNICA

SÃO LUÍS

2019

ROSA ELIANA TORRES

**POVO TREMEMBÉ: DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS E FORMAS DE
MOBILIZAÇÃO ÉTNICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Portela Nunes

Coorientador: Prof^o Dr^o Alfredo Wagner Berno de Almeida

SÃO LUÍS

2019

ROSA ELIANA TORRES

**POVO TREMEMBÉ: DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS E FORMAS DE
MOBILIZAÇÃO ÉTNICA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre no Programa de Pós-
Graduação em Cartografia Social e Política da
Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão.

São Luís, 27 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes
(Orientadora)

Profº Drº Alfredo Wagner Berno de Almeida
(Coorientador)

Cynthia Carvalho Martins
(Examinadora Interna)

Tomás Paoliello
(Examinador Externo)

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo trazer uma reflexão acerca das situações vividas pelos Tremembé que se deslocaram de Almofala no Ceará, para Raposa no Maranhão. O que aqui será contado é resultado do resgate feito das lembranças pescadas em Tarrafas tecidas com fios da palha de tucum, jogadas pelos rios e praias das memórias vivas dos sujeitos centrais dessa pesquisa. Trago a missão de ser ponte que possibilite a travessia para outras paragens e assim poder revelar o quão foi e é aguerrido o povo do qual pertença, mostrar suas narrativas e discursos sobre o seu jeito de viver, vários aspectos referentes às suas lutas políticas travadas em busca de vida plena para os seus. Busquei refletir sobre a história vivenciada por meu povo, trago como fio condutor a análise dos discursos aqui referidos sobre seu modo de vida e deslocamentos por diferentes lugares e atualmente em terras do Maranhão. As narrativas aqui apresentadas serão abordadas considerando a análise crítica tentando romper com as classificações que subestimaram valores desse povo que por séculos causou um processo silencioso e desmobilizador.

RESUMEN

Esta tesis doctoral pretende aportar una reflexión sobre las situaciones experimentadas por el pueblo Tremembé que se trasladó de Almofala en Ceará a Raposa en Maranhão. Lo que se contará aquí es el resultado de los residuos hechos de los recuerdos capturados en tarrafas tejidas con hilados de paja de carnauba por los ríos y playas de los recuerdos vivos de los temas centrales de esta investigación. Traigo la misión de ser ponde que permitan el cruce a otras paradas y así poder revelar cómo fue y la gente de la que pertenezco, mostrar sus narrativas y discursos sobre su forma de vivir, diversos aspectos relacionados con sus luchas políticas. Luchamos en busca de vida plena por su cuenta. Busqué reflejar la historia experimentada por mi pueblo, traigo como conductor el análisis de los discursos mencionados aquí sobre su forma de vida y desplazamiento por diferentes lugares y actualmente en las tierras de Maranhão. Las narrativas presentadas aquí serán abordadas considerando el análisis por una reflexión crítica tratando de romper con las calificaciones que subestimaban los valores de este pueblo que durante siglos causaron un proceso silencioso y desmovilizado.

LISTA DE ABREVIACÕES

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PPGCSPA - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – O ITINERÁRIO GEOGRÁFICO DOS TREMEMBÉ DE ALMOFALA À RAPOSA	16
1.1 A dinâmica dos Tremembé no contexto da região norte do Ceará e como viviam	19
1.2 A opção pela mudança: contexto social em Acaraú	25
1.3 Como se deu a viagem de Almofala à Raposa: moradas e passagens	28
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO RECONHECIMENTO INDÍGENA POR DURVAL TREMEMBÉ À MINHA PRÓPRIA INSERÇÃO COMO FILHA	29
2.1 Durval Tremembé e seu envolvimento no movimento indígena a partir do Ceará na década de 1990.....	29
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS TRAVADAS PELOS TREMEMBÉ DA RAPOSA NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO POLÍTICA: PLEITOS DO MOVIMENTO SOCIAL E SUAS DISSONÂNCIAS COM ATOS DE ESTADO.....	34
QUADRO 1. ATOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA REALIZADOS PELOS TREMEMBÉ (2002 – 2018)	35
QUADRO 2. PARTICIPAÇÃO DOS TREMEMBÉ EM EVENTOS A CONVITE DE AGENCIAS DO ESTADO (2013-2018)	37
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	
ANEXO 1 – POESIA “RETROVISOR DO TEMPO” – FRANCISCO DAS CHAGAS TORRES	
ANEXO 2- ENTREVISTAS REALIZADAS EM RAPOSA	
ANEXO 2.1 ENTREVISTA REALIZADA EM RAPOSA COM O SR.DURVAL TREMEMBÉ, EM SUA RESIDÊNCIA EM MARÇO DE 2016 – AMBITO DO PROJETO DE PESQUISA CENTRO DE CIENCIAS E SABERES	
3.2 ENTREVISTA COM A PROFESSORA JOSE CARLA, FILHA DO HISTORIADOR DE TUTOIA JOSÉ CARLOS RAMOS EM TUTOIA EM SETEMBRO DE 2017	
3.3 ENTREVISTA REALIZADA COM O SR. RAIMUNDO NA COMUNIDADE DE FAZENDA VELHA EM TUTOIA EM SETEMBRO DE 2018	
3. 4 ENTREVISTA REALIZADA NA COMUNIDADE DE ITAPERINHA EM SETEMBRO DE 2018 COM O SR. JOÃO	
ANEXO 4 – CONVERSAS INFORMAIS	
ANEXO 5 – DOCUMENTOS	

INTRODUÇÃO

No dia 19 de dezembro de 2018 estive na comunidade do Engenho em São José de Ribamar – MA onde na condição de representante indígena Tremembé de Raposa presenciei a trágica situação dos moradores, autodefinidos indígenas Tremembé, quando da ação de despejo perpetrada pelo ex deputado Alberto Franco e concretizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Foram momentos tristes pois as famílias pertencentes a este povo tiveram suas casas de apoio às plantações destruídas dentro do território, plantações arrancadas e reviradas por tratores, enquanto um aparato em torno de 150 policiais da policia militar, do batalhão de choque, do corpo de bombeiros e guardas municipais, do município de São José de Ribamar, faziam a chamada “segurança” da ação de despejo contra o povo Tremembé do Engenho e a favor de um pretense “proprietário”. Os moradores do Engenho vivem no local há muitos anos, onde se escuta relatos de que seus avós nasceram nesse lugar, agora, face às ações de despejo, pleiteado como território de indígenas Tremembé.

Segundo seu Dico, um dos moradores mais antigos, como é considerado pelos demais da comunidade, o lugar leva nome de Engenho por ter sido um lugar onde plantavam cana e tinha um engenho puxado a boi, onde se fazia a garapa de cana. Pararam com a produção da garapa de cana embora ainda se costuma plantar a cana. Todavia deram continuidade às plantações de frutas como acerola, banana, cajá, goiaba, limão, maracujá, mamão e também plantam verduras e hortaliças. Permanece a plantação de mandioca e macaxeira para a produção de farinha na casa de forno, costume antigo dos Tremembé do Engenho. Produção essa que fora destruída em sua totalidade na data acima mencionada a despeito de estarem os indígenas reivindicando seus direitos de lá residirem em trabalharem e de, em ato de resistência, cantarem em coro e de mãos dadas a serem ouvidos pelos oficiais e motoristas dos tratores que destruíam as plantações o seguinte refrão:

*Caboclo tu não aguenta o peso do meu maracá
Caboclo tu não aguenta o peso do meu maracá
Eu te joga uma flecha no peito, caboclo
Te mando para as ondas do mar”.*

A epígrafe acima representa uma espécie de síntese da experiência por mim vivida enquanto representante indígena dos Tremembé residentes na Raposa. Síntese frustrada, poderia dizer, pois não expressa tão bem quanto gostaria a variedade de sentimentos, desde indignação e estupefação aos sentimentos decorrentes de convicções referidas à luta dos indígenas em meu país, convicções essas ancoradas numa consciência que passei a desenvolver sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil. A sensibilidade para lutar pelos direitos dos povos indígenas devo ao meu pai, Durval Tremembé, que cedo compreendeu a importância da

luta pelos povos indígenas pois, cedo também, vivenciou atos arbitrários e de extrema violência que se aproximam dos acima descritos. Nascido em Caraúbas, em Acaraú meu pai foi levado, ainda criança, a deixar a região onde nascera por decisão de meu avô, Inácio Tremembé, juntamente com os designados “parentes”¹ Tremembé, com quem estabeleceu relações de forte afinidade: Sebastião Domingos, meu avô materno, e João Roseno casado com Maria Joana da Conceição, irmã de criação de minha avô paterna Rosa Domingos e Sebastião Domingos. Motivado por um contexto de compressão de uso dos recursos ecológicos e impulsionado por intempéries climáticas, amplamente conhecida e vulgarizada pela literatura livresca como “seca do nordeste”, meu avô decidiu, juntamente com estes parentes, a deixar o Curral Velho, Caraúbas lugar onde residia em 1958.

Tratada por alguns “parentes” como espécie de “saga”, a exemplo de meu primo Torres, que retrata a história de nossa família em suas poesias e cordéis, por ele considerados expressão de uma arte popular (cf. Anexo 1), a história de minha família é narrada através de uma narrativa que ressalta sucessivos deslocamentos efetuados pelos autodesignados “parentes”, mencionados acima, sempre em busca do que consideramos como “melhor alternativa de vida” e que bem pode representar estratégias de luta ou resistência orientadas por uma noção de autonomia produtiva em face aos chamados “patrões”, “brancos” ou “ricos”.

A descrição e a busca para efetuar uma análise reflexiva sobre a “trajetória de deslocamentos” desse grupo de parentes constituem-se em um dos objetivos do presente trabalho. Ao fazê-lo pretendo, sob a inspiração da sociologia reflexiva de P. Bourdieu, contribuir com as discussões sobre processos de afirmação de identidades étnicas de modo que as análises sobre a trajetória de deslocamentos do grupo de parentes, aqui tratada, não se reduz, a meu ver, a particularidade de um caso. Minha intenção é tomar as narrativas sobre a história dos deslocamentos sucessivos efetuados por “parentes Tremembé”, meus “parentes”, e, portanto, sobre a minha própria história familiar, na intenção de refletir sobre os processos de

¹ Como será observado no decorrer deste trabalho a categoria “parente” é designativa tanto de laços de consanguinidade, quanto de relações de proximidade estabelecidas por aqueles indígenas Tremembé que não possuem vínculos de consanguinidade e, por vezes, residem em lugares distantes, mas reconhecem-se como referidos a um mesmo povo; a categoria é de uso recorrente entre aqueles que, referidos a povos indígenas distintos, reconhecem-se como indígenas e estão referidos a uma luta em comum, compartilhada a despeito de todas as distinções que possa haver nos enfrentamentos vividos por cada povo indígena, consoante a época e o lugar. As situações de antagonismo podem mudar, mas os vínculos que aproximam os designados parentes persiste. Nesse sentido, apesar de haver diferentes usos ao termo “parente”, parece-me que dele não se ausentam o significado de vínculos e relações de proximidade, dadas pelo sangue ou socialmente construídas a partir de domínios distintos de relações sociais. A categoria “une”, “aproxima” e especifica vínculos e critérios de compartilhamento com um modo de vida, uma luta política, vínculos de reciprocidade positiva e sentimentos de solidariedade.

afirmação étnica, contribuindo de algum modo com os estudos sobre a etnicidade. As narrativas que reuni sobre a história dos deslocamentos dos Tremembé de Raposa, isto é, sobre aqueles que residem no presente no município da Raposa, são pensadas não como simples “estórias”, espécie de memorialismo colado a situações pretéritas, mas como atos de afirmação identitária estando assim inscritas em um conjunto de ações que se referem à construção de uma pauta de reivindicações pelos Tremembé da Raposa. Ao tomar as “narrativas” como atos de afirmação identitária tenho como referência as considerações de E. Said em *Cultura e Imperialismo* (1993) de modo a considerar que “modos de vida”, tal como são pensados os próprios deslocamentos físicos efetuados pelos audeesignados parentes Tremembé, são expressões de resistência e não se separam da politização das relações de conflito, conforme buscarei tratar.

As narrativas reunidas pelo trabalho de pesquisa que realizei denotam, numa primeira aproximação, o modo de vida referido aos Tremembé de Raposa ao optarem pela mudança como estratégia de resistência face a uma situação de imobilização da força de trabalho e de compreensão dos recursos ecológicos provocada com a chegada dos criadores de gado no lugar chamado Caraúbas, onde então residia meu avô em 1958. A história sobre os deslocamentos efetuados pelos Tremembé da Raposa é, a meu ver, a história de resistência desse grupo de parentes e dela não se ausentam a construção de princípios de condução de vida, como a autonomia produtiva, isto é, a gestão autônoma dos recursos econômicos por cada família Tremembé, que traduzem as formas próprias de reprodução física e social. A autonomia na esfera da produção constitui um dos elementos que nos permite compreender um modo de ser e viver e instrumentos específicos de luta e resistência como procurarei tratar. Outros elementos podem ser ressaltados destas narrativas que corroboram com tais reflexões: as relações de troca econômica e simbólica que evidenciam os vínculos entre as diferentes gerações, um conjunto de saberes e fazeres que são percebidos como expressões da identidade Tremembé e que são constituintes de um capital intelectual do grupo de parentes Tremembé, dentre outros elementos.

Posso adiantar que não se ausentam desses processos de afirmação identitária a experiência de confrontos e conflitos sociais face a diferentes antagonistas. Confrontos que podem assumir a tônica de conflito social extremo, como explicitado na epígrafe na acima, na medida em que evidenciam atos de arbitrariedade que não dispensam a violência física ou podem ainda assumir contornos de violência não tão evidentes quanto a violência física, estando direcionados não a coletividades propriamente ditas, mas a “famílias”, “parentes” ou a

“indígenas” ou não ensejar a autoevidência que os chamados “impactos” produzidos pelos “grande empreendimentos” ou “grandes obras” efetuadas pelos aparatos de Estado usualmente ensejam.

Há um conjunto costumaz de confrontos que fortalecem formas de rebaixamento social e que suscitam, tanto quanto os conflitos que incorrem em violência física, formas de resistência e de luta. A violência simbólica suscita ações e sentimentos que foram bem colocados por Bourdieu como “revolta contra o estigma”. Para esse autor, a eficácia da *“luta coletiva pela subversão das relações de força simbólicas”* (BOURDIEU; 1989: 124), nos incita a ter em vista que *“o estigma produz a revolta contra o estigma, que começa com a reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema”* (BOURDIEU; 1989: 125).

Muito tenho me intrigado com as formas de resistência que são atualizadas por aqueles que vivenciam as mais diferentes formas de violência simbólica da qual fala esse autor. Pergunto-me o porquê de certas coletividades, grupos sociais referidos aos designados povos e comunidades tradicionais, nem sempre reivindicarem para si emblemas e sinais diacríticos como forma de combater a violência simbólica a qual são submetidos. Em muitas ocasiões sou levado a me indignar com a ausência de indignação daqueles que estão referidos às mais variadas formas de violência física ou simbólica. Creio que tal sentimento está ancorado nos ensinamentos transmitidos por meu pai que motivado por experiências de combate a um conjunto de ações que ele designa como “injustiças”, cometidas contra seu povo, o levou a dedicar grande parte de sua vida àqueles que sofriam com injustiças de toda ordem, seja através de sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base, seja através do Conselho Indigenista Missionário do Ceará, seja através de sua atuação e luta na Raposa para fazer valer seus direitos como indígena Tremembé. A trajetória de meu pai será tratada no segundo primeiro capítulo deste trabalho.

Segui, de certo modo, a trajetória de luta de meu pai. Ao tomar como marco o ano de 2014, ano em que o ajudei a organizar o 1º Encontro dos Tremembé da Raposa, percebo como tenho também dedicado grande parte de meu tempo a ações de mobilização política, dentro e fora da Raposa. A organização desse evento em 2014 demarca, por assim dizer, a reivindicação pública da identidade indígena dos Tremembé residentes na Raposa e nos distingue sobremaneira dos chamados “pescadores cearenses”. Estes são vistos, local e regionalmente, como referidos a uma designada “colônia de pescadores cearenses” consoante as representações

sociais referidas aos moradores da Raposa, antes mesmo da criação do município na década de 1990.

A organização do 1º Encontro dos Tremembé da Raposa pode ser considerada como um ato de distinção e de reivindicação pública de uma identidade indígena, tanto quanto demarcou minha participação mais ativa como representante indígena Tremembé. Como buscarei tratar no terceiro capítulo deste trabalho, desde 2014 muito se intensificou os convites para que os Tremembé de Raposa participassem dos mais variados fóruns debate: agentes sociais referidos autarquias e agências de Estado ancorados pelo **decreto nº 8243**, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social, passaram a chamar os Tremembé da Raposa para contribuir com a formulação de políticas públicas para os povos indígenas direcionadas aos chamados “direitos sociais; agentes sociais referidos a universidades e institutos igualmente nos convidam seja para a participação em debates acadêmicos ou direcionados aos pleitos de povos indígenas. De outra parte, tenho participado de um grande número de ações de mobilização política referida à luta de direitos étnico-territoriais de povos indígenas do Maranhão, notadamente dos Tremembé, Gamela e Krenyê. Em setembro de 2016 ingressei ainda no Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia de modo a alimentar a expectativa de que o aprofundamento de uma formação acadêmica me forneça critérios de percepção e análise para refletir sobre os atos de violência perpetrados contra os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, o terceiro capítulo do trabalho representa um esforço de cotejar os designados atos de Estado às ações de mobilização étnica de forma evidenciar as distinções das ações que são designadas como “participação” daquelas que se colocam como atos de resistência.

Buscarei ainda abordar elementos da minha trajetória política e acadêmica de modo a problematizar as condições de possibilidade para a reflexão sobre as distinções entre processos de afirmação da identidade étnica, notadamente da identidade Tremembé. Posso adiantar que se minhas condições de acesso à luta dos Tremembé do Engenho esteve referida à minha atuação como representante indígena Tremembé, minha aproximação daqueles que se dizem descendentes dos Tremembé no município de Tutóia esteve referida às minhas atividades de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação mencionado. Sob certa perspectiva, as condições de possibilidade de realização das reflexões ora efetuadas são tributárias dos vínculos referidos à mobilização política e às relações de pesquisa que venho estabelecendo como “representante dos Tremembé da Raposa” e como “pesquisadora” em formação,

respectivamente. Estes vínculos, tomados como condição de possibilidade para o acesso a construção dos dados coligidos pela minha pesquisa, me permitem efetuar aproximações e distinções sobre os diferentes processos de “mobilização étnica” (BOURGOIS, 1993), adstritos aos direitos dos povos Tremembé, em diferentes situações sociais. Não se trata da realização de uma pesquisa comparativa propriamente dita, mas de uma reflexão sobre o processo de afirmação da identidade étnica dos Tremembé da Raposa que, acredito, ser melhor problematizado se incluir em minhas reflexões aproximações com outras situações sociais que ensejam a mobilização étnica, situações essas que tive acesso seja enquanto representante dos Tremembé em atos de mobilização, seja na enquanto pesquisadora.

De acordo com a fala de um dos moradores mais antigos do Engenho, o Sr, Dico, houve em passado pretérito um engenho de produção de garapa no lugar que no presente é lugar de moradia e trabalho de indígenas Tremembé provenientes de localidades referidas a municípios como Barreirinhas e Tutóia, dentre outros; de modo a indicar que os Tremembé estão dispersos, “espalhados”, tal como os parentes da Raposa costumam ressaltar _ sobre o sentido deste termo “espalhados” e sobre o uso que lhe atribuo como categoria de análise tratarei adiante. Os atuais moradores de Engenho costumam reportar-se às gerações passadas como forma de demarcar a extensão de tempo que lá estão colocados, residindo e trabalhando em seus plantios, sempre que instigados a ter que explicar a autoridades que o pretense proprietário de terras, que incidem em seus domínios, lá chegou recentemente. Consideram-o como grileiro que quer lhes usurpar as terras, movendo inclusive ações judiciais que resultaram em ação de despejo perpetrada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Neste contexto de conflito intenso são levados a se colocarem publicamente como indígenas e a oficializar a autodefinição face ao órgão indigenista. A violência das ações despejo e a prontidão dos aparatos de Estado para efetuar de modo compulsório tais ações exigiu uma urgência por parte dos Tremembé no que tange as suas ações de mobilização, levando-os a participar das ações de mobilização política dirigidas por representantes de indígenas Tremembé, Gamela e Krenyê que já reivindicam o reconhecimento de seus respectivos territórios face a FUNAI. As ações de mobilização política movida por esses povos e a oficialização de seus pleitos e reivindicações face a FUNAI já vinham sendo discutidos e tinham sido formalizados. De certo modo, a prontidão das ações do Tribunal de Justiça impeliu-os à tomada de decisões que produziu conflitos internos porquanto os agentes sociais já estavam deveras pressionados por tensões sociais, incluindo investidas dos chamados capangas do grileiro, que tem levado a dissensos internos. O processo de afirmação étnica parece estar nesta situação social ele próprio sob tensão, por assim dizer, porquanto os agentes

sociais são forçados pela situação extremo de conflito a acionar elementos de autodefinição. Essa situação contrasta com a situação daqueles Tremembé quem tenho vivido em Raposa porquanto os instrumentos da autoatribuição resultam de processos de politização duradouro, atravessando pelo menos duas gerações de Tremembé, e cindidos a elementos de representação social e identitários que bem fundamenta o processo de afirmação étnica mesmo para aqueles que parentes que se ausentam da luta política referida aos movimentos sociais.

Em Tutóia estive duas vezes ao longo destes dois anos de vínculo com o PPGCSPA. Realizei duas viagens em dois anos consecutivos: a primeira delas em setembro de 2017 no âmbito da realização de pesquisas do PNCSA para a realização de um boletim sobre a situação dos Tremembé de Raposa que objetivava realizar um trabalho de cartografia social que contemple a trajetória de deslocamentos efetuada pelo grupo de parentes Tremembé; e a segunda viagem, ocorrida em setembro de 2018, esteve referida aos trabalhos do PNCSA direcionados à implantação do 1º Parque Eólico do Maranhão. Nas duas viagens realizadas busquei estabelecer relações com indígenas Tremembé. Na primeira viagem senti-me muito frustrada pois a referência aos Tremembé pareciam estar cindida ao passado: seja através da produção intelectual de historiadores de Tutóia que a eles dedicam grande parte da história do município ressaltando o aldeamento dos jesuítas do passado colonial, seja através de ações públicas que os homenageiam atribuindo a designação de praças públicas aos Tremembé. Entretanto com a realização de entrevistas mais detidas observei que não era incomum a referência a ascendentes Tremembé: muitos de nossos entrevistados faziam referência a bisavôs “pegos a cachorro no mato” em referência explícita aos Tremembé. Na segunda viagem que realizei fui, no entanto, portando nomes de pessoas e lugares que me foram indicados pelos Tremembé de Engenho e Raposa como parentes que aí residiam. Da lista que dispunha poucos encontrei, mas a ênfase nas relações de parentesco com aqueles que são reconhecidos como Tremembé não se ausentaram novamente das entrevistas que realizamos. Em Tutóia, mais que em qualquer outro lugar, minha indignação se colocava: por que esse povo não se assume como Tremembé? A ausência de ações direcionadas a autodefinição talvez esteja relacionada ao modo com o Estado brasileiro trata aqueles que lá residem há muitas gerações: classificados como “posseiros” pelo ITERMA na década de 1990, hoje os moradores de muitas das comunidades que visitei são considerados espécie de “sócios” de uma empresa concessionária das terras do município para a exploração de energia eólica. A implantação do 1º Parque Estadual de produção de energia eólica é recente, mas através dele foram “regularizadas” as terras e passadas aos designados “posseiros” _ o uso das aspas aqui chama atenção para categorias de

classificação oficial, acionadas no âmbito da implantação deste chamado “parque”. Para além das constantes referências aos ascendentes Tremembé, os entrevistados ressaltam ainda o parentesco com ex-escravos do período colonial e fazem referência a existência de engenhos montados no período colonial com o fim da Guerra do Paraguai. Segundo os relatos, em retribuição a serviços prestados durante a Guerra muitos maiores foram beneficiados pelo Imperador com a concessão de terras. Observei ainda que ora os Tremembé aparecem nas narrativas como “feitores” desse antigo engenho, chamado fazenda Esperança, ora aparecem estabelecendo relações matrimoniais com aqueles que trabalharam no engenho. De certo modo as referências a elementos de identidade étnica são mais contundentes na fala dos entrevistados do que elementos referidos a ações de mobilização étnica propriamente dita, isto é referidas a politização das relações sociais objetivadas em movimento social.

De outra parte, diferentes sistemas de relações sociais aproximam Tutóia da região litoral do Ceará, das praias de Acaraú e da Terra Indígena Almofala. Observamos que há no presente estreitas relações comerciais entre a produção pesqueira de Tutóia e de Anaraú, praia do litoral cearense que se avinha a Terra Indígena de Almofala. Muitos barcos pesqueiros do litoral cearense encostam no porto de Tutóia e levam a produção de pescado para o Ceará. De outra parte, tanto no Ceará, quanto em Tutóia há um longo período dominado pela produção de sal. As salinas montadas durante o século XX parecem ter imobilizado a força de trabalho no decorrer das décadas de 1940, 1950 e 1960. Em grande parte das entrevistas que realizamos não era incomum a menção ao trabalho nas salinas e a referência a uma geração de trabalhadores que se dedicou às salinas, num árduo trabalho de carregar as sacas de sal para os navios que atracavam no porto de Tutóia utilizado por uma grande empresa chamada Igoronhon. O Sindicato dos Arrumadores é de 1962 e parece ser uma das associações profissionais de maior organização profissional em Tutóia, estando sua sede situada na principal praça da cidade, a Praça Tremembé. A produção de sal realizada nas salinas é também mencionada por meu pai ao referir-se à região de praias do litoral cearense. Ele próprio, e os parentes mais próximos, nunca quis trabalhar na estiva de navios, preferindo a condição de trabalhador portuário em favor das atividades de comerciante, de “exímio comerciante” como foi considerado.

A ausência de ações de mobilização étnica em Tutóia, objetivadas em movimento social, não me parecem poder ser pensada por um viés analítico objetivista que interprete as ações de afirmação identitária consoante às classificações oficiais: “tutoiense”, “posseiros”, “trabalhadores rurais”, dentre outras. As ações de afirmação identitária não são restritivas aos

atos de autodefinição consoante os critérios de apreciação de uma abordagem situacional _ a esse respeito consulta Barth 2000.

O presente trabalho está fundamentado em observações diretas e em um conjunto de entrevistas que realizei em conjunto com pesquisadores do PNCSA. Muitas entrevistas foram realizadas, nem todas transcritas e sistematizadas _ os anexos do presente trabalho constituem um primeiro esforço de organização do material coligido: entrevistas realizadas com os Tremembé da Raposa; entrevistas efetuadas em Tutóia durante as duas viagens que realizei. A análise desse conjunto de entrevistas está orientada por minhas inquietações: às inquietações referidas à minha posição de representante dos Tremembé juntam-se outras relativas à minha posição de pesquisadora e mestranda, aguçadas pelo meu interesse em entender os diferentes processos de afirmação identitária

CAPÍTULO 1 – O ITINERÁRIO GEOGRÁFICO DOS TREMEMBÉ DE ALMOFALA À RAPOSA

Esse capítulo ora apresentado consiste em mostrar como se deu os deslocamentos dos Tremembé que saíram de Almofala, Acaraú-CE até chegar em Raposa do Maranhão.

Na tentativa de tornar mais compreensível ao leitor, penso que conhecer o contexto do que estava acontecendo no estado do Ceará durante o período da década de 50, pode ser uma via que poderá contribuir na reflexão a respeito das situações vividas por diversos agentes sociais e de que maneira refletiu nos seus modos de vida.

Os Tremembé passam por diversas situações que colocam suas rotinas em desalinhadas, por isso são tomados pela insegurança de que as situações controversas não possam se converter, chegando ao ápice em que se veem obrigados a fazer escolhas: permanecer ali ou se entregar a sorte eis a questão. Saem em busca de melhores condições de vida, algo que nem sempre encontraram pelos caminhos que percorreram nessa busca, porém nem tudo é ruim, hão de encontrar o rumo e ao deparar e contemplar o horizonte, uma nova história passa a ser construída e o que antes parecia desalinho, pode-se transformar em fios que tecem um novo recomeço.

O povo Tremembé desde os “tempos imemoriais”²² são referidos às chamadas tradições nômades que se estabeleceram no litoral da região nordeste. Com a colonização coordenada pelos europeus, uma parte desse povo foi submetida a aldeamentos forçados, sendo que no

²² A utilização das aspas como recurso gráfico é acionada aqui, assim como no decorrer deste trabalho, como instrumento que faz lembrar que a palavra, expressão ou categoria entre aspas refere-se a representações sociais sobre os indígenas Tremembé ou sobre formas de classificação de práticas que são atribuídas ao povo Tremembé, que bem podem se constituir em pré-noções ou categorias de produção de estigmas sociais. Decidi deixar o itálico como recurso textual que chama atenção para o emprego de categorias acionadas pelos próprios indígenas para qualificar suas práticas e representações sociais.

Maranhão se deu em Tutóia³ em fins do século XVII e tempos depois, já no século XVIII na região da foz do rio Aracati-Mirin, mais precisamente em Almofala⁴.

Da grande mobilidade pelo território nordestino, hoje, parte desse povo ainda resiste “espalhados” aqui e acolá por muitos lugares, inclusive em municípios da ilha de São Luís – MA, a saber, Raposa e São José de Ribamar. Essa condição de “espalhados” se deu por conta de mudanças ocorridas seja pela busca de melhor condição de vida ou fugindo das perseguições ocorridas desde o tempo dos aldeamentos forçados, uma vez que os índios Tremembé, segundos historiadores, foram considerados “índios brabos” e resistentes ao processo de colonização.

Além de “espalhados” os índios Tremembé se encontram num contexto urbano, cuja dispersão se coloca como um desafio para consolidarmos os processos de mobilização o que não impede de nos reunirmos e nos articularmos politicamente para afirmarmos a nossa identidade enquanto indígenas.

A palavra “espalhado” faz parte do linguajar dos Tremembé da Raposa para nos referirmos a um tipo de mobilidade que traduz a nossa relação com os recursos naturais e indica os mecanismos que asseguram a reprodução social dos Tremembé em suas práticas agrícolas, extrativas e de pesca, que tanto podem ocorrer no mar como nos rios. Nesse sentido, falar em espalhados, ou que os Tremembé estão espalhados, sugere, num primeiro momento, que ideia que temos sobre noção de território não passa por um critério de delimitação. Poderíamos considerar que do ponto de vista de nossas práticas e representações o território, em princípio, não é passível de delimitação.

Apesar desta amplitude da relação dos Tremembé com o território não há porque desmerecer o direito ao meu povo de reivindicar e ter garantido o acesso a um território, considerando que a mobilidade é uma prática hoje ainda presente e que traduz novas formas de efetuar esses deslocamentos territoriais. Essa relação com o território, caracterizada por tal amplitude de deslocamentos, me parece que não entre em contradição com a definição de um

³ O historiador Cesar Marques em seu *“Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão”* dedicou um verbete a “Tutóia” como “rio”, “vila”, “freguesia” e “município”. Ressalta, nesse sentido, que *“Os primeiros habitantes deste lugar foram os índios Tremembé”*, assim como menciona uma carta de Data e Sesmaria datada de 1727 que concedeu aos Tremembé terras na “ilha Pará-Mirim”. (MARQUES, 1970, p. 622-623). Consultar: MARQUES, César. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Typographia Frias, 1970.

⁴ A terra do aldeamento da Almofala dos Tremembé do Ceará engloba duas regiões: a da praia e a da mata. A primeira abrange a vila de Almofala com sua igreja e várias comunidades próximas. À faixa litorânea, a segunda, compreende diversas comunidades do lado direito do rio Aracati-Mirim. (VALLE, 2005).

pleito político dirigido ao reconhecimento oficial de um Território Indígena Tremembé na Raposa, constituindo-se em um dos desafios do presente trabalho. Nesse sentido, buscarei descrever as variações e tipos de deslocamentos que são constitutivos da trajetória de famílias Tremembé e que estão hoje colocadas seja na Raposa, seja na comunidade do Engenho, localizada em São José de Ribamar que vivenciam diferentes situações de conflito social conforme irei tratar adiante.

Sabe-se que do ponto de vista do Estado, essa categoria “espalhados” se opõe como forma de deslegitimar os direitos porque oficialmente os indígenas no Brasil só são reconhecidos quando vivem em aldeias ou numa TI, o que infelizmente ainda não é o nosso caso, pois estamos na busca pela conquista desse direito, contudo, do contrário e na visão que temos, o estigma sofre uma inversão, pois é um elemento que reforça a uma percepção de direito nosso enquanto Tremembé, uma vez que o está “espalhado” remete ao nosso jeito de ser nas relações com lugares por onde vivemos. Isso também implica dizer que o “espalhado” para nós não significa está relacionada ao isolamento entre nós, uma vez que nossas intenções permanecem de diferentes formas. Do ponto de vista das relações de parentesco as visitas continuaram acontecendo, seja por curto tempo, como o passar as férias com os filhos, ou só para rever os parentes sazonais relativos a trabalhos temporários como a colheita do caju e da castanha já não acontece como antes quando iam para o Ceará, mas isso ainda é uma prática frequente entre os Tremembé do Ceará.

Há também deslocamentos por motivos políticos, seja na época de eleições para cumprir suas obrigações eleitorais ou mesmo para os pleitos em relação a luta indígena como é o caso dos Tremembé da Raposa e os de Almofala, acontece quando tem Encontros entre nós, povos originários.

Outro motivo de deslocamento se refere aos calendários de festas. A exemplo disso os festejos de Nossa Senhora da Conceição, a comemoração do dia dos pais, dia das mães, também o carnaval, tudo isso é motivo para o reencontro entre as famílias.

Com isso percebe-se que embora não estejam todos fixos em um só lugar, como numa aldeia, mas estão em constantes interações mesmo “espalhados”.

Um exemplo disso é o caso do Sr. Antônio José, nascido na Tutoia Velha, veio ainda jovem para a Raposa, onde tem um irmão casado com uma “cearense”, e hoje seu Antonio José

mora em Curral Velho – Acarau – CE onde foi parar neste lugar movido pelo trabalho na pesca. Em Raposa casou com uma indígena que era de Curral Velho e para lá fixou morada.

O deslocamento recorrente do trabalho pesqueiro sempre foi em muitos casos, uma prática constante, ocasiões em que pescadores do Ceará traziam para o Maranhão, esposa e filhos, ou pescadores do Maranhão iam para o Ceará, ou ainda pescadores desses dois lugares iriam fazer suas pescarias no Parnaíba, ou até mesmo no Pará. Acontecia também casos em que o pescador não levava família e por onde aportava por meses, acabava constituindo família com outra companheira que por lá conhecia.

1.1 A dinâmica dos Tremembé no contexto da região norte do Ceará e como viviam

A história do meu povo é uma saga, conta-la é necessário. Por isso começo trazendo a lembrança três casais de grande importância nesse deslocamento do Ceará ao Maranhão. São eles: Inácio Mariano Torres, minha avó paterna Rosa Domingos de Sousa, meu avô materno e Maria Urbano do Nascimento, minha avó materna, João Roseno Filho, esposo de Maria Joana da Conceição, irmã adotiva de Domingos, meus avós.

Início falando sobre o pai do meu pai, que pelos outros netos era chamado de “paizinho”, talvez por terem tido uma proximidade maior, de mais tempo de convivência com meus primos e com meus avós. Enquanto morávamos no Ceará, eu e meus pais e meu irmão caçula, eles moravam no Maranhão e numa das idas e vindas tive o prazer de conhecer e conviver com meus avós, ainda por um período de dois anos. Eu tinha uns três anos e lembro das vezes que vinha brincar comigo, ele sentado num pequeno banquinho ao pé da porta da casa de meus pais.

Meu avô tinha o nome registrado de Inácio Mariano Torres, mas lá na aldeia o chamavam de Inácio Mariano Parente, assim como seus irmãos que traziam o mesmo sobrenome Mariano Torres, trazendo esse sobrenome é curioso porque entre alguns de nós é questionado de onde vem e como chegou até nós. Meu pai inclusive, tentando sanar a curiosidade, numa de suas idas a Almofala no Ceará, lugar onde nasceu meu avô, onde fica o antigo aldeamento Tremembé, visitou uma de suas primas por nome Emília, filha de Inácio Mariano, uma das irmãs de meu avô.

Cogita-se a hipótese que uma irmã de meu avô chamada Inácia, a mais velha, casou com um “branco” que tinha esse sobrenome e ao que tudo indica o meu avô Inácio e nem os irmãos dele Emídio Mariano Parente, João Mariano Parente, Inácia Mariano Parente e Manuel Mariano

Parente não eram registrados em cartório. Então por isso, decidiram e não consigo entender como isso aconteceu, do marido da irmã registrar como filhos os irmãos da esposa, mas como nesse país tanta coisa é possível já de muitos séculos, eu nada duvido.

Meu avô Inácio nasceu em 1909 num pedacinho de Almofala- CE, quando esta ainda pertencia ao município de Acaraú, hoje pertence ao Itarema. Mas na Carteira de Trabalho, feita para que pudesse aposentar, consta que nasceu em 1910, gerando mais um fato curioso.

O Lugar onde nasceu é sagrado para os povos indígenas daquele lugar pois Lagoa Seca se trata de aldeamento dos antigos índios Tremembé. E de lá a tão conhecida tia Chica, irmã da tia Chicuta e também irmã de minha bisavó Maria Joaquina da Conceição. Mas por que falar de tia Chica? Porque esta deixou marcas na história do povo Tremembé não deixando o ritual da dança do Torém morrer, pois em tempos de imposições e repressões aos costumes indígenas, dançar o torem era para quem tinha coragem.

Tia chica como ninguém juntava os índios debaixo de um cajueiro nas noites de lua cheia ou nova e também iluminados por uma fogueira dançavam o Torém e tomavam o mocooró, o vinho do caju para animar do cansaço da dança e ajudar a despertar do frio das madrugadas. Penso tia chica uma mulher muito animada e marcada por muita espiritualidade. Com sua energia e sua dança curava os espíritos tristes.

Meu avô também tinha dom da cura herdado dos vínculos espirituais ancestrais. Segundo meu pai em uma de suas conversas informais entabuladas na viagens que com ele realizei de carro:

Ele se escondia detrás do toco. Ele fazia a oração. Se alguém quisesse ver ele não via. Ele estaca escondido detrás do toco. Eu não sei como era que esse pessoal não sabia ler e sabia de tanta oração. Ai o pessoal, muita gente achava que ele era macumbeiro, logo ele sabia de muita oração. Ele curava animal aonde tivesse. Aonde aquele animal tivesse ele curava aquele tempo. Diziam assim: Seu Inácio eu tô com um cavalo doente assim, assim ta com uma bicheira no lugar tal, tal. Ele perguntava: Qual lado? aí a pessoa dizia se era do lado direito, se era do lado esquerdo. E aí dizia qual era o campo que ele comia, aonde tinha ficado. Aí a pessoa só fazia umas palavras que ele falava lá, com dois, três dias a pessoa podia ir olhar que o animal não tinha mais nenhum bicho, tinha caído tudinho. (Durval Tremembé, Conversa informal em maio de 2016 na viagem de ida para o Fórum Nacional de indígenas na Sera de Aratuba)

Meu avô Inácio era o filho caçula e perdeu a mãe muito cedo, foi morar com sua tia Chicuta, irmã de Chica da Lagoa Seca e no círculo da pajelança aprendeu muitas coisas, rezas e curas.

Tinha um tino para o comercio e com comboios de jumentos andava pelas redondezas, lugares circunvizinhos como a própria Almofala onde nasceu e se criou, pelas praias próximas, como Volta do Rio, Espraçados, Emburana, Ilhas dos Coqueiros, Cauaçu, Curral Velho, Caraúbas, Lanza Velha, Cacimbas, Acaraú, Cruz, Jijoca, Córrego da Forquilha, Jericoacoara, Marcos, Morrinhos, Itapipoca, enfim, uma infinidade de lugares por onde passava fazendo seu ofício de indígena vendedor ambulante. Mas, afinal, o que ele comercializava? Os produtos da venda eram da própria aldeia, como cordas, feitas das palhas de carnaúba, comprava batatas que eram plantadas pelos parentes, peixes secos por ser um lugar de praia. Eu, em conversa com o seu Durval Tremembé, meu pai, este mencionou que meu avô Inácio além de ser pescador também lidava com venda de porta em porta no Ceará.

Pra não poder só viver da pescaria ele negociava, comprando chapéu, comprando corda que eles faziam naquele tempo e aí ele ia vender naqueles lugar maior. (Durval Tremembé, 2019)

Durval Tremembé conta que o comercio acontecia com dinheiro ou sem dinheiro, explico: com dinheiro quando o comprador tinha em mãos e sem dinheiro quando se tratava de trocas, principalmente pelos lugares por onde encontravam mercadorias que não eram abundantes em seu lugar. A exemplo, cita que seu pai contava que, ao ir para Itapipoca, de lá trazia outras mercadorias.

Lá de cima eles traziam a banana, traziam a rapadura, traziam lá de cima das serras pra vender lá em baixo. Naquele tempo era pouco dinheiro e a maioria das coisas eles traziam trocado porque o dinheiro era pouco. (Durval Tremembé, 2019)

Ao que parece, meu avô não estava sozinho, outros também ocupavam o mesmo ofício de vendedor. Ou até mesmo do que podemos chamar de transação cambial. Talvez essas situações de vendas e trocas viessem facilitar o acesso para outros tipos de alimentos e mercadorias.

Se juntava aquele bando de homens, cinco, seis, oito cargas que cada um levava para vender em Itapipoca. Era muito tipo de negócio que eles traziam da feira, que eles achavam que dava resultado. Pelo menos

a rapadura que vinha da serra eles levavam lá pra praia. (Durval Tremembé, 2019)

E foi numa dessas voltas comerciais que meu avô Inácio, passando por Caraúbas e praia da Arpoeiras, conheceu minha avó, Rosa Domingos de Sousa. Meus avós nasceram no mesmo município chamado Acaraú, localizado na zona norte do estado do Ceará. O que diferenciavam eram as localidades, ele da praia de Almofala e ela da praia de Arpoeiras. A palavra Almofala é de origem árabe, significa “nesse lugar mora gente”. Já a praia de Arpoeira, segundo relato de um morador nascido na região, disse que os antigos contavam que a praia tinha esse nome devido ter sido lugar de pesca de grandes peixes, como o camurupim. Por ser um peixe de força, os antigos indígenas do lugar pescavam o grande peixe trepados em jirau, trata-se um estrado feito com madeira de mangue justapostas sobre forquilhas enfiadas no chão da praia de tal altura que, quando a maré enchia não cobrisse o jirau. De cima dele os pescadores seguram um arpão preso ao seu punho com um tipo de pulseira chamada arpoeira que, dessa maneira, mantinha preso ao indígena pescador o arpão com o qual daria o golpe certo no peixe para, depois, o resgate do pescado para fora do mar.

Conta ainda que, certa vez, um desses indígenas não teve tanta sorte, tendo em vista que o peixe, ora capturado, era mais forte do que ele, pois há camurupim com tamanho de dois metros, pesando em torno de 200 a 250 quilos. E foi um desses bem grande que, invés de capturado se transformou em capturador e acabou arrastando preso ao arpão e à arpoeira, o índio pescador pra as profundezas do mar.

Há ainda quem conte que naquela praia havia muita fartura de peixes e que mesmo no raso, quando em maré baixa ficavam a mercê de quem quisesse pesca-los. Naquele lugar as mulheres bem dispostas e ativas gostavam de pescar utilizando o arpão e, por isso ficou conhecido como praia das Arpoeiras em referência as mulheres que pescavam de arpão.

Seja qual foi o motivo que por assim recebeu esse nome, podemos interpretar claramente que a técnica de pesca utilizada neste lugar, tanto por homens ou por mulheres, coincide com uma técnica indígena de pescar. Sendo os Tremembé os indígenas da região de Acaraú, há fortes indícios de que quem habitavam essas áreas de praia fossem eles, os Tremembé na praia de Arpoeiras.

É curioso, sabendo que Acaraú foi berço de Tremembé, principalmente naquela área de Ribeira do rio Acaraú, o segundo maior rio do estado do Ceará, onde a água do mar se encontra

com este rio, considerada portanto, berço das espécies marítimas e que foi espaço de ocupação desse povo e no entanto não se vê nada ou quase nada registrado sobre a vida deles no uso desse espaço étnico geográfico.

Ao que me parece e por ter pertencimento de origem à este lugar, muito me leva a pensar e trazer para questionamentos sobre o povo que por ali vivia, antes da chegada dos colonizadores europeus.

Se era uma região considerada o berço das espécies marítimas com grande fartura de frutos do mar - peixes, crustáceos, camarões – considerados riquezas para a vida daquele povo, afinal, o que levou ao “pseudo-desaparecimento” desse povo ali, ou senão, a sua presença silenciada?

Considerar apenas o aldeamento de queimadas em Acaraú e os outros em Almofala como sendo só estes pertencentes ao povo indígena Tremembé, seria uma violência a memória ancestral dos que a bem pouco tempo ocuparam os espaços da ribeira do rio Acaraú, Cacimbas, Lanza Velha, Caraúbos, Curral Velho, Arpoeiras, Cauaçu, Juritianhia, enfim, todo aquele litoral até chegar em Almofala, distrito que hoje pertence ao município de Itarema, mas que um dia pertenceu ao município de Acaraú.

É notório que na região de praias entre Cacimbas (hoje conhecida como Fazenda De Camarão da Costa Negra) e Arpoeiras, a presença intensa de um povo aguerrido, forte e que são originários daquele lugar, nos levam a refletir pelas características no modo de ser e de viver de um povo, que fundamenta ainda mais a ideia de que naquela parte de Acaraú estavam presentes os exímios pescadores, nadadores, conhecidos como peixes racionais, os Tremembé.

Foi lá na praia de Arpoeiras de Acaraú-CE, em um lugar a beira da antiga estrada que dá acesso à praia denominado Caraúbas, que coincidentemente é uma palavra indígena dada a uma linda árvore de madeira resistente, considera madeira de lei ou pau-ferro, que ao florescer formam lindas copas amarelas por muito conhecida como ipê-amarelo, o lugar onde vi nascer uma “rosa”, minha avó paterna, Rosa Domingos de Sousa, uma mulher brava, guerreira e zelosa com os seus.

Seu neto Torres-Tremembé a descreve quando ela ainda contava com seus 49 anos, da seguinte maneira:

Ela de pé ao lado do marido, não era mais crescida que ele, no entanto quem os conhecia somente de passeio diria que sim. Era de cor branca e a idade não lhe furtara de toda a beleza, mas as marcas insistentes estavam ali. Cabelos pretos, crespos, já salpicados brancos, pouco abaixo dos ombros, a esconder as orelhas redondas coladas a cabeça, rosto esguio, nariz afilado, de queixo e boca pequenos. Olhos é que nem eram grandes e pequenos, eram fundos, de brilho cinzento. A pé queria interrogar, a mandar, e desmandar, dando voz a vista.

[...]

Como falavam os trabalhadores do eito, era realmente uma rosa. Todavia uma rosa de cheiro forte, pétalas firmes, espinhozinhos aqui e ali a espetar os desajustes das coisas ao seu redor para daí puxar para si as rédeas dos negócios. Boa negociante aquela Rosa! (TORRES, 1983, Retrovisor do Tempo)

Um dos principais protagonistas nesta história dos deslocamentos se chamava Sebastião Domingos de Sousa, meu avô-materno, que por via do destino é também irmão de minha avó-paterna, Rosa Domingos Sousa. O primeiro também nasceu em Caraúbas, Acaraú-CE onde cresceu e viveu até a década de cinquenta. Meu avô Sebastião trazia nas veias a poesia. E ao som de um ganzá – uma espécie de maracá indígena, no modelo de um pequeno cilindro de metal ou em material de palha em textura firme, contendo sementes ou seixos que ao chacoalhá-lo, transmite um som musical –, ganhando a vida pelas redondezas, municípios vizinhos a até em outros estados cantando em repente e com maestria espalhando a sua fama como embolador de coco em repente de improviso.

Também era um habilidoso pescador *curraleiro*, ou seja, um vaqueiro de curral de peixes. O curral de peixes é uma técnica milenar indígena e sobre essa técnica o artigo *Pescadores e “Currais”*: *Um enfoque etnológico* diz o seguinte:

No nordeste do Brasil encontra-se uma arte de pesca muito antiga chamada de ‘currais’, esta arte era utilizada pelos indígenas e foi modificada pelos colonizadores e emigrantes portugueses.

Os ‘currais’ de pesca são armadilhas fixas em moirõe (madeira [caule] com diâmetro aproximado de 15 cm e altura média de 3.59 m) estrategicamente implantados (fixados) no solo, seja dentro de estuários, rios ou recifes. No sudeste, este apetrecho de peças é chamado ‘circo fixo’ (apud Radasekwsky, 1976; Barroso e Fabiano, 1995; Diegues, 2004; Oliveira 2007). Nestas armadilhas os peixes são aprisionados dentro de um cercado e removidos na maré baixa. (Recurso Digital⁵)

⁵ <http://dx.doi.org/10.21707/gv.v10.n04a09>

No Ceará, o contexto de praias daquele litoral, essa técnica de uso de curral era muito utilizada e ainda é na contemporaneidade, porém, não conta intensidade como antigamente pois o uso de outros métodos foram se expandindo.

Na praia de Curral Velho, Arpueiras-CE, foi lugar onde meu bisavô Francisco Domingos, pai de Rosa e Sebastião nasceu, cresceu e viveu por longos anos.

Meus avós tiveram ainda sete irmãos, são eles: Damião Domingos, Manuel Domigos, Francisco Domingos, João Domingos, Raimundo Domingos e Maria Joana da Conceição, que ele criou com a primeira esposa, desde pequena.

Maria Joana era carinhosamente chamada por todos de Nêga e pelos sobrinhos de tia Nêga do tio João Roseno. Ela era descendente de escravos e por consanguinidade tinha parentesco com meus avós, pois no passado houve uma junção matrimonial de alguém de seu antepassado com algum antepassado da parte de meus avós.

Sabe-se que descendiam de escravos e que também moravam em Caraúbas.

Já o tio João Roseno sabe-se pouco sobre ele e seus familiares guardam poucas informações, mas sabe-se que ele se chamava João Roseno filho e que não era morador de Caraúbas, mas que pertencia ao Acaraú com moradia num lugar chamado Mongubas, hoje bairro Mongubas. Lá moravam muitos indígenas, inclusive entre eles a família Bal, de seu Nonato Bal, que era patriarca dessa família, dava nome ao rio chamado Bal que existe naquela área entre o bairro Pedrinhas até Mongubas.

1.2 A opção pela mudança: contexto social em Acaraú

Acaraú fica ao lado oeste do estado do Ceará contando em torno de 34 km de extensão em litoral apresentando lindas praias com imensos coqueirais, manguezais, dunas e lagoas. Esta cidade está localizada na foz do Rio de Acaraú onde a fauna e a flora é diversa.

É considerada das cidades do estado do Ceará a maior produtora de lagosta e pescado. Tem a economia voltada principalmente para a pesca de peixe, lagosta, outra fonte econômica além da atividade pesqueira que são a agricultura e a pecuária. O turismo vem se destacando revigorando a economia local.

Por ser uma região que possui grandes diversidades naturais, riquezas no mar e nas matas foi desde os séculos de colonização motivos de muita exploração e cobiça por parte de seus colonizadores considerando que naquele lugar já era habitado pelo povo de origem indígena, os Tremembé. Há de dizer que os Tremembé ocupavam o território do delta da ribeira do rio Acaraú antes da chegada dos portugueses à região no século XVI e que inclusive foi quem deu o nome ao lugar denominando-o de Aracacu, palavra que significa “rio das garças” por ali se encontrar muitas garças. O lugar posteriormente passou a denominar-se Acaraú pela lei provincial nº 1814 de 22 de janeiro de 1879.

Naquela faixa litorânea como já mencionada ficava o Porto de Cacimbas onde por muitos anos serviu de entrada de muitas mercadorias vindas de outros estados como Pernambuco e Bahia, o que fez o responsável pelo desenvolvimento daquela região do Baixo Acaraú e porque não dizer, para a própria história econômica do Ceará. O próprio historiador Raimundo Girão sobre isso confirma:

pelo Acaraú transitavam os artigos e mercadorias que saíam ou demandavam os sertões do Norte da Capitania. As primeiras fábricas foram levantadas no modesto Porto das Cacimbas. (Diário de Nordeste: 2010)

Para atender o transporte dessas mercadorias ao Porto Cacimbas na época, o jornal Diário do Nordeste de junho de 2010 em reportagem escrita sobre atividade portuária na pesca, relembra:

Era algo em torno de 900 carros de boi que trafegavam continuamente nos meses de verão. Nas estradas poeirentas, transportavam-se algodão, couros, peles de animais e outros produtos que Cacimbas eram embarcados para Pernambuco, Bahia e outros mercados. (Diário de Nordeste: 2010)

Além de servir como porto que dali saíam as riquezas exploradas daquela região, também era porta de entrada para muitos estrangeiros que se endereçavam aquela localidade a fim de tirarem proveito, para ali viverem e até mesmo exercerem as suas profissões.

De acordo com as construções de um senso comum duto existem informações registradas sobre pessoas vindas de cidades e de países como: Vila Nova de Gaia, em Portugal; Portegado - Espanha; Nápoles – Itália; Vila de Chaves – Portugal, Galiza – Espanha; que passaram a constituir a elite local de Acaraú. Mais precisamente: Família Domingues Regadas, família Ferreira, Ferreira Junior, Louzada, Moura, Martins, Rodrigues, Silveira, Teixeira Pinto

e Silva Ribeiro, sendo eles comerciantes, capitães, chefes políticos, pioneiros industriários de salinas e colonos como Manoel Martins dos Santos.

Sobre a origem das primeiras famílias estrangeiras que chegaram em Acaraú, o pesquisador da Cultura, História e Literatura de Acaraú Lucivan Rios Silveira, conhecido como Totó Rios, descreve:

O tempo genealógico do município de Acaraú foi povoado de diversos cidadãos de nacionalidade espanhola, italiana e portuguesa que desembarcavam no Porto de Cacimba, a 5 quilômetros desta cidade. Ali muitos se instalaram, enquanto outros procuraram a orla marítima, para fixação de suas residências e o exercício de suas profissões. (RIOS, Totó. 2011)

Muitos dos registros foram feitos pela própria elite de Acaraú e ao que se pode perceber foi uma imensidão de informações que foram omitidas ao longo do tempo a respeito dos originários habitantes que ali viviam antes da chegada desses europeus acima citados.

Todavia é importante lembrar que hoje como indígena eu também tenho oportunidade de tornar visível a história de meu povo e como pesquisadora inegavelmente portas se abrem para que aquilo que muito tempo foi guardado, quem sabe por medo ou por sentir-se inferior como consequência de ações daqueles que se colocavam como os donos do saber e da verdade e assim incutindo nos povos um valor minúsculo. Que agora possa se tornar conhecido e receba um novo olhar. Permitindo-nos como indígena mostrar que tivemos e que temos um papel importante a ser considerado na história desse país. Contudo muitas de nossas narrativas são sobre as lutas e, sobretudo de resistência diante das tantas dificuldades surgidas ao longo dos caminhos, por isso do lado daqueles que constituem essa história de saga, também apreciamos protagonismos.

Na região de praia onde por muitos anos viveram meus avós no Ceará foi também área de interesses daqueles que de longe chegavam. Antes dos Louzada, Giffone, Chaves, Sales Damasceno e outros, estava uma parte dos Tremembé residindo ali.

Sobre a importância de se ter as narrativas contadas principalmente pelos próprios agentes sociais representativos de suas histórias até como forma de perceber resistência no sentido profundo daqueles que imensamente tenta se contrapor a subordinação.

1.3 Como se deu a viagem de Almofala à Raposa: moradas e passagens

Quando a família de meus pais fez deslocamento do Ceará para o Maranhão, sabia dos parentes que nele viviam antes de chegar em Raposa, ficando ainda mais próxima dos seus. Com o decorrer dos anos aquele núcleo familiar de três irmãos e seus filhos que chegaram no final da década de 50, agora nos anos 2000 haviam se multiplicado e já era hora de também dizer quem de fato eram, depois, depois de tanto tempo silenciados. Foi aí que o Sr. Durval veio ainda com mais força na idealização de reerguer o seu povo. Mesmo quando morava no Ceará e quando de lá vinha para rever a família que no Maranhão estava, esse sempre era um dos assuntos tratados com suas irmãs, primas e primos, da possibilidade de se auto afirmarem como povo Tremembé, pois já haviam leis que garantiam aos povos o seu direito de quem são. Todavia, não foi tarefa fácil a ideia de convencimento dos parentes aceitarem dizer, por se tratar de algo que foi motivo do povo Tremembé se manter calado desde antes de seus bisavós. O processo de silenciamento foi absurdamente drástico na vida de vários povos no Brasil, entre eles, os Tremembé. O inverso desse processo não poderia ser nada fácil, considerando que a maneira como se deu muito trouxe de perdas e danos.

É notório a forma como aconteceu e as consequências desse fato fez com que o silenciamento se constituísse numa autonegação para “dentro” e para “fora” de si, “como agentes desse processo, por isso, na minha percepção, favoreceu ao que se chama assimilar o jeito de viver dos “brancos”, calando, se anulando, absorvendo e tomando como sua a cultura e os costumes do europeu. Em contrapartida esse silenciamento se deu como estratégia de resistência diante das perseguições sofridas.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE LUTA PELO RECONHECIMENTO INDÍGENA POR DURVAL TREMEMBÉ À MINHA PRÓPRIA INSERÇÃO COMO FILHA

Ao me dispor a descrever a trajetória de luta de meu pai e os vínculos por ele estabelecido com diferentes agentes sociais referidos a mobilizações políticas de diferentes tipos é necessário estabelecer uma distinção preliminar: o itinerário geográfico que é descrito através de sucessivos deslocamentos num espaço físico não se confunde com a trajetória relacionada às relações sociais travadas no âmbito das ações de mobilização política: sua participação nas CEB'S, no CIMI, seja do Ceará, seja do Maranhão ou os vínculos mais recentes estabelecidos junto ao movimento indígena no Maranhão que o aproxima dos Akroá Gamella, dos Krenyê ou dos povos referidos à chamadas comunidade tradicionais contrasta sobremaneira com o significado da categoria “espalhado” porquanto tais relações referidas ao plano das mobilizações étnicas parece reunir, por assim dizer, aquilo que a geografia espalhou. Ou seja, a identidade étnica aproxima aquilo que a geografia parece ter espalhado. Nesse sentido, é que me dedico neste capítulo a tratar das relações travadas por meu pai no domínio das relações de mobilização política de modo a descrever o processo de afirmação identitária referido a politização das relações de conflito que transcendem a especificidade dos conflitos por ele vivido, individualmente ou em termos do grupo de parentes a que se liga por relações de congruidade. Ou seja, ao tomar como plano de análise a trajetória política de meu pai sou levada a problematizar a categoria “espalhados” e a ressaltar elementos da construção identitária que ultrapassa as situações de conflito vividas pelo Tremembé da Raposa.

2.1 Durval Tremembé e seu envolvimento no movimento indígena a partir do Ceará na década de 1990.

Em meados dos anos 70, meu pai, Sr. Durval dá seus primeiros passos nos movimentos da Igreja Católica. Morando em Acaraú – CE, se engaja nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na função de animador de comunidade ou até chamado de dirigente de comunidade, percorria por vários lugares daquela região de Acaraú para o trabalho pastoral, assim vamos dizer, o que cumpria o que diz no cântico: “a messe é grande, o Senhor me chamou. Senhor aqui estou!”. Com isso se fazia presente e conhecido por muitos naquelas redondezas.

Para sustentar a família, foi o primeiro vendedor ambulante na centenária cidade de Acaraú e de segunda a sábado cumpria a sua labuta ao lado de sua esposa, seu sobrinho Torres

e seus filhos Rosa e Edvaldo ainda pequenos. Seu trabalho como vendedor era só até ao meio dia, o que favorecia num segundo período do dia, se dedicar na função de animador das CEBs, na época sob o direcionamento paroquial do Pe. José Edson Magalhães. A messe de fato era grande, e além do senhor Durval, sempre acompanhado de sua esposa D. Francisca Torres, nessa tarefa de semear o evangelho também contava-se com outros animadores que recebiam em suas responsabilidades, apoiar, celebrar e acompanhar as diversas comunidades e por vezes se juntavam em apoio nos encontros, numa só comunidade. Também levavam aos fiéis os cursos para sacramentos do Batismo, Primeira Eucaristia, Crisma e Matrimônio. Além disso, haviam os encontros de formação onde discutiam a luz da Bíblia a fé e a vida, adotando a metodologia ver, julgar e agir dentro daquele contexto que se colocava como “novo jeito de ser igreja”.

Naquela época ainda as CEBs se encontravam em seus primeiros anos, pois iniciou-se na década de 60. Esse movimento foi conquistando a simpatia de muitos bispos, e já na década de 70 as CEBs tiveram um importante papel de incentivo na criação dos movimentos populares. Dos anos 70 a 80 continuaram seu movimento de luta com sua forte presença na caminhada. Essa expressiva atuação veio ser contestada na década de 90, sofrendo assim um forte abalo pelas críticas vindas de um núcleo conservador do Vaticano em que se questionava esse movimento por valorizar os chamados “espiritualistas” e incentivar dentro da Igreja os movimentos nos aspectos social e político.

Contudo, as CEBs não pararam por aí, continuaram com a sua atuação numa tentativa de adaptação da liturgia de forma a manifestar o respeito sobre as diferentes expressões religiosas de outros “povos”, visto que para a Igreja Católica, fazendo assim, seria uma maneira de se corrigir, uma vez que no Brasil o contato da cultura cristã com a cultura dos povos originários e dos negros, trouxeram uma desvalorização das culturas autóctones, onde suas crenças e sabedorias foram ignoradas e assim também com os povos da América Latina

Apesar de meu pai fazer parte das CEBs em Acaraú – CE, percebia-se que não havia um trabalho de apoio aos povos indígenas daquela região, ao que deduzo, que deveria ser porque naquela época tinham-se os indígenas por “extintos”, ao que nada me impede de questionar a própria Igreja de Acaraú Paroquia Nossa Senhora da Conceição, por tamanha omissão, pois indubitavelmente, esta foi fruto das missões iniciadas com a chegada dos padres jesuítas que chegaram em Almofala para a evangelização dos índios Tremembé, sob o reinado de João V de Portugal. Sendo que a Igreja de Almofala teve sua construção inicial feita de taipa

e madeira entre os anos de 1702 a 1712 sua construção em estilo Barroco, ao que a de Acaraú ainda capela, foi levantada em 1749. Então, sabiam sim da existência dos Tremembé em toda aquela área.

Acaraú, ainda naquela época, vivia o período do coronelismo, onde grande parte dos adeptos da Igreja Católica eram as famílias de classe média/alta, o que consequentemente trazia uma grande passividade da igreja em se tratando de questionar os poderes políticos locais. Daí que esse “silenciamento” por parte da Igreja, quanto ao cenário em que se vivia naquele contexto/momento, favorecia as práticas de exclusão étnica aos povos e comunidades ali presentes. Todavia, meus pais em Fortaleza, passaram a experimentar algo mais parecido com o que de fato correspondia aos seus anseios enquanto lutadores por justiça e igualdade de direitos.

Entretanto foi em Fortaleza em meados da década de 80 que meus pais tiveram um envolvimento maior com as CEBs e enfim, efetivamente com o que se pode chamar de movimentos sociais, em se tratando de firmar de fato uma relação mais próxima com a realidade sem muitas “camuflagens”. O contexto ali, tinha a presença de diferentes situações que possibilitava uma maior afirmação da luta política dentro desses movimentos onde a todo instante se percebia uma intervenção, ao contrário do que se via no modo de “lutar” como Igreja, nesse contexto novo jeito de ser Igreja, visto de forma pouco atuante em Acaraú.

Sr. Durval e Sra. Francisca, meus pais, saborearam enfim o gosto de ver em seus pares, os mesmos anseios e buscas, o que fez com que essa empatia e identificação pela luta, encontrassem um significado ainda maior e mais correspondente. Viajando em minhas vagas lembranças da infância abeirando os meus 10 anos, recordo que em missas e em alguns Encontros que meus pais nos levavam, eu e meu irmão Edvaldo, presenciei algumas falas de padres da época que proferiam parábolas em que colocavam os “pobres marginalizados” em posição de submissão pela forma como eram vistos pelas classes abastardas, de maneira que desse relevância ao papel dos menos favorecidos de como poderiam se questionar e refletir quanto as suas “necessidades” e de que forma poderiam se contrapor ao “dito e feito”.

Por conseguinte, em Fortaleza, Sr. Durval e Sra. Francisca, meus pais, passaram a vivenciar uma luta bem mais consistente considerando que nesse período as grandes crises eram bem difíceis, o que não difere muito dos dias atuais. Todavia, os graves ataques às lutas eram bem preponderantes o que com muitas batalhas travadas resultou em algumas conquistas de

direitos que hoje, apesar de adquiridos, mesmo assim tentam ser colocados à prova e extintos, tornando-os inconstitucionais. Diante das dificuldades existentes, quando naquela época lutava-se por moradia, Sr. Durval residindo em uma das grandes favelas de Fortaleza, o Serviluz⁶, como é conhecido popularmente, mas que originalmente recebe o nome de Vicente Pinzon, entra na luta via Associação de Moradores daquele bairro. Atravessa então um período em que naquele lugar, isso em 1986, pessoas ali por circunstâncias de deslocamentos chegavam naquele bairro provindos dos interiores como Acaraú, Itarema, Almofala, entre outros passam a morar em barracos construídos sobre as areias da Praia nas redondezas do Titanzinho, Farol do Mucuripe e Cais do Porto. Com as fortes chuvas, muitas pessoas ficaram desabrigadas, daí então, começa-se um pleito na luta por moradia, via associação e Governo do Estado do Ceará. Inicia-se também, nesse período o retorno ao envolvimento com a Igreja, dessa vez através da Paróquia do Mucuripe que na época tinha como pároco o Padre José Nilson. A ligação com o Padre José Nilson iniciou a partir da procura de meu pai ao pároco da Igreja Nossa Senhora da Saúde, paróquia do Mucuripe. Ele buscava dar continuidade aos trabalhos da Igreja, como fazia em Acaraú. Havia uma pequena Igreja, na verdade um salão recém construído onde o Pe. José Nilson vinha de vez em quando celebrar missas aos Domingos. Em conversa com o pároco, meu pai passa a ser o responsável pela chave da Igrejinha, que a partir dali sua limpeza, o abrir e o fechar era por sua conta, ou seja, nossa conta, eu por muitas vezes fui fazer aquele serviço e entre outras vezes, minha mãe. A igreja do Mucuripe passa então a enviar apoio aos leigos, ministros da Eucaristia, coordenadores de grupos de jovens, e desse modo, as atividades ali passaram a se intensificar. Porém, a Igreja de Mucuripe estava mais voltada para o movimento carismático mostrando aí um antagonismo, pois havia então juntos dois grupos de linhas bem diferentes. Tempos depois chega ao Serviluz os Padres Redentoristas e alguns estudantes da Universidade.

O que acontecia naquela época no bairro Serviluz, como esses processos de aumento populacional, situação de vulnerabilidades e em relação às pessoas sem acesso a habitação, com dificuldades de acesso à saúde, educação, vivendo da prostituição, tráfico de drogas, enfim, condições que chamaram a atenção dos acadêmicos.

Os estudantes então passaram a fazer suas pesquisas de acordo com sua área de formação, entre eles acadêmicos de Direito, Sociologia e Geografia.

Através das relações com os estudantes, Durval Tremembé conheceu a missionária Maria Amélia que o procurou e logo iniciaram uma amizade. Portanto inicia-se também o apoio de Durval no processo político dos Tremembé buscando o reconhecimento identitário de seu povo no Ceará.

Esses vínculos com a igreja, com os movimentos sociais, serviram para que despertasse em meus pais e filhos o seu potencial de povo guerreiro. A soma dessas experiências foram importantes para dá início no Maranhão, a busca pela conquista do seu espaço, uma vez que este estado foi berço de Tremembé. E porque não poderia ser? Temos consciência a que povo pertencemos, do sofrimento pelo qual meu povo passou e das consequências trazidas de todo esse processo de deslocamentos físicos, além de como se deu as situações de vulnerabilidade no jeito de ser e de viver, diante das mais diversas circunstâncias com sua saída do Ceará para o Maranhão. Não se trata apenas de um simples deslocamento de uma pequena parte de um grupo de pessoas que saiu do estado do Ceará e veio morar no Maranhão pelo simples fato de querer andar. Isto está intrínseco, é certo, mas para mais do que isso, um povo buscando bem viver.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS TRAVADAS PELOS TREMEMBÉ DA RAPOSA NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO POLÍTICA: PLEITOS DO MOVIMENTO SOCIAL E SUAS DISSONÂNCIAS COM ATOS DE ESTADO

Buscarei neste capítulo cotejar os designados atos de Estado direcionados aos desenvolvimentos das chamadas “políticas públicas” direcionadas aos povos indígenas, notadamente aquelas efetuadas através do “Plano Decenal Estadual” às ações de mobilização étnica dirigidas por representantes de diferentes povos indígenas no Maranhão de forma evidenciar as distinções das ações que são designadas como “participação” daquelas que se colocam como atos de resistência.

Antes de frequentar a FUNAI, meu fazia suas visitas à Casa do Índio para não perder o contato e sempre na perspectiva de ter a sua e a história do seu povo lembrada que sabe talvez obter ligação e envolvimento com os povos indígenas do Maranhão. Porém, com a situação de conflito com o vizinho o fez encontrar a localização da FUNAI-MA, pois foi para lá que suas idas passaram a ser frequentes e nunca esquecendo o propósito de sempre que era obter ligação e envolvimento com os povos indígenas, agora em terras maranhenses, encontrar espaço de fala para mostrar a história de seu povo e encontrar apoio entre os povos indígenas do Maranhão, afinal ele via que o reconhecimento de seus pares, ainda em condição de “outros” ou poderia trazer muito fortalecimento, pois no Ceará o movimento indígena, vinha de uma história de luta compartilhada, além de tudo à conquista .

Ainda com muitas dificuldades devido a resistência da FUNAI-MA por não vê-lo como indígena, já que para a mesma o “índio” só é o que traz nele traços físicos, vive numa aldeia, se pinta, fala a língua de origem, enfim naquela ideia estereotipada de índio que remete a época do descobrimento, classificando ao mesmo tempo que desclassifica. Com isso o Sr. Durval volta mais uma vez ao Ceará para pedir apoio a coordenação Regional do Ceará CR-CE onde foi recebido por Weiber Tapeba que na época trabalhava na FUNAI-CE e para ele participou dos impasses que estava havendo com os Tremembé do Maranhão e dificuldade de sua inclusão como o povo indígena no Maranhão, pois desde..

QUADRO 1. ATOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA REALIZADOS PELOS TREMEMBÉ (2002 – 2018)

Evento / Acontecimento	Data	Participantes	Descrição
Casa do Índio em São José de Ribamar – MA.	2002	Senhor Durval	Um das primeiras apresentações públicas do senhor Durval depois de sua vinda do Ceará para o Maranhão
Ações de reconhecimento dos Tremembé da Raposa perante a FUNAI-MA.	Ano 2003 até o presente (2018)	Senhor Durval e demais indígenas Tremembé da Raposa.	Visitas sistemáticas do Sr. Durval Tremembé, dentre outros indígenas, à sede da FUNAI, localizadas na rua Av. Santos Dumont, 18 s 1 - Anil, São Luís, MA.
-	2004 – 2008	-	
Solicitação de apoio ao Conselho Indigenista Tremembé de Almofala	2009	Senhor Durval	Por meio de um pedido oral, o senhor Durval solicitou à Meire do CIMI o apoio deste na luta dos Tremembé da Raposa pelos seus reconhecimentos.
Visita ao CITA – Conselho Indigenista Tremembé de Almofala.	07 de fevereiro de 2009	Senhor Durval	Visita ao CITA solicitando o apoio dos Tremembé do Ceará à luta indígena Tremembé no Maranhão. Na ocasião retorna para Maranhão portando ofício de reconhecimento enquanto Tremembé e que solicita à Procuradoria Federal na FUNAI/MA solucionar quaisquer demandas – jurídica, logística e técnica – e que tenha ciência da existência de diversas famílias Tremembé que moram na ilha de São Luís – MA, assim também como realizar visitas às mesmas. No ofício fica evidente que o senhor Durval é considerado pela comunidade indígena Tremembé de Almofala como um dos grandes líderes desse povo e, atualmente, exercendo essa liderança junto às comunidades indígenas Tremembé e os poderes constituídos na ilha de São Luís do Maranhão.
	2010		Senhor Durval Retorna a CTL
Reflexos dos processos de mudanças da CR-São Luís para nova sede em	20...		Servidores da FUNAI preocupados com a mudança da CR-São Luís para nova sede em Imperatriz, sugere, na pessoa de Francisca Souza com a proposta de mobilização o povo Tremembé, foi sugerido aos indígenas que planejassem um projeto que beneficiasse a comunidade.

Imperatriz ocorrido posteriormente com o Decreto Presidencial 7.056 de 28 de dezembro de 2009		Indígenas Tremembé	Isso resultou na construção de um projeto de restaurante ecológico para os Tremembé da Raposa.
Elaboração do Estatuto da Associação Indígena Tremembé da Raposa – CITRERAMA	2013	Indígenas Tremembé	
Apresentação do croqui do projeto Restaurante Ecológico Leitura do Estatuto da Associação	2013	Indígenas Tremembé	

QUADRO 2. PARTICIPAÇÃO DOS TREMEMBÉ EM EVENTOS A CONVITE DE AGENCIAS DO ESTADO (2013-2018)

EVENTO	DATA/LOCAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA DO EVENTO	REPRESENTANTES TREMEMBÉ	DEBATES	TOMADA DE POSIÇÃO DOS REPRESENTANTES TREMEMBÉ
2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	25 a 28/08/2013 no Centro de Ensino Sindical Rural	Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES)	Raimundo Durval Torres e Raimunda Aurila Torres	Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) e Avaliação de políticas públicas, buscando alcançar resultados efetivos refletidos na elaboração de planos territoriais	Participar juntos aos indígenas nos debates e Trabalho
5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	17 a 18 de outubro de 2013. São Luís Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão		Raimundo Durval Torres	Subsistema de atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção diferenciada	Convidado pela FUNAI no Evento o representante Tremembé pediu a inclusão do Povo Tremembé no atendimento a saúde indígena.
1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE RAPOSA - MA	07/07/2015 Unidade Integrada Santo Antônio, Itapéua - Raposa - MA	COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e	Raimundo Durval Torres, Raimunda Aurila Torres e Rosa Eliana Torres	Comida de Verdade no campo e na Cidade por Direito e Soberania Alimentar: -Análise dos avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação	Mesmo sendo convidados a contragosto pelo Conselho que nos enquadraram na denominação de caixaras em seu Regimento Interno, participamos das

		Nutricional - Raposa - MA		adequada e saudável e da soberania alimentar no município, no Estado e no País.	discussões em grupo com sugestões de propostas.
1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS INDIGENISTAS (Etapa Estadual)	Agosto/2015, Imperatriz – MA	FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Raimundo Durval Torres e Valquíria Oliveira Torres	Elaboração das Propostas e Indicação dos representantes para a etapa nacional abordando os eixos: - Territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas; - Autodeterminação, participação Social e o Direito à consulta; - Desenvolvimento de terras e povos indígenas; - Direitos individuais e coletivos dos povos indígenas; - Diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil; e - Direito à Memória e à Verdade	Participação na elaboração das propostas a fim de reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas; Raimundo Durval Torres foi escolhido como delegado para participar da Conferência Nacional em Brasília.
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL	13 a 14 de novembro de 2015, Hotel Abbeville São Francisco - São Luís - MA	Governo do Maranhão com apoio da UNICEF	Rosa Eliana Torres	Sobre o processo pedagógico da educação indígena que tratou desde a estrutura das escolas, até a formação dos professores.	Participação dos painéis de discussões para traçar diretrizes em relação a educação escolar indígena

<p>1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS INDIGENISTAS</p>	<p>17 a 20 de novembro de 2015 em Brasília</p>	<p>ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO: CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista FUNAI, Ministério da Justiça Governo Federal</p>	<p>Raimundo Durval Torres</p>	<p>A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988. Com os seguintes objetivos: avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro; reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País; e propor diretrizes para a construção e consolidação da política nacional indigenista com intensa participação indígena e diálogo.</p>	<p>Junto aos mais de 300 povos indígenas, expressou sua indignação quanto aos descasos com relação aos direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, pela efetivação de políticas para os povos indígenas em um Estado que, de fato, valorize e proteja a sua diversidade étnica e cultural ; que o Governo Federal se sensibilize e conscientize os diferentes atores do governo e setores da sociedade civil nacional sobre o processo histórico de negação de direitos dos povos indígenas. Ao final da Conferência os índios saíram em caminhada para o Planalto Central, onde lá foram impedidos pelo batalhão de choque que usaram spray de pimenta.</p>
<p>I FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</p>	<p>01 a 03 de dezembro de 2015 - Luziânia - GO - Centro de Formação Vicente Cañas</p>	<p>Ministério da Educação em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos</p>	<p>Rosa Eliana Torres</p>	<p>Políticas para a Educação Escolar Indígena</p>	<p>Participação na elaboração de propostas a fim de promoção do princípio do respeito a diversidade, estabelecidos no Plano Nacional de Educação -</p>

		Dirigentes Municipais da Educação (Undime).			PNE e políticas de direito a uma escola específica diferenciada.
VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	24/02/2016 - Auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire - UFMA - 25 e 24/02/2016 - Orienta Consultoria - Jardim Renascença - São Luís - MA	CEDDH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Governo do Maranhão	Maria Lenita Torres, Raimunda Aurila Torres, Raimundo Durval Torres e Rosa Eliana Torres	Desafios na Construção do Sistema de Direitos Humanos	Envolvimento nos trabalhos de grupo e discussão dos painéis
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PAZ, WORD PEACE ASSEMBLY	18 a 19/11/2016 - Hotel Luzeiros - São Luís - MA	CONSELHO MUNDIAL DA PAZ e GOVERNO DO MARANHÃO	Raimundo Durval Torres, Maria Lenita Torres, Raimunda Aurila Torres, Lêni Vitória Torres, Mírian Torres e Rosa Eliana Torres	Fortalecer a solidariedade entre os povos, na luta pela paz, contra o Imperialismo.	Fomos convidados pela SEDIHPOP para representar os indígenas do Maranhão e que íamos ter um momento para falar. Lá encontramos dois guajajaras e nenhum de nós teve vez para se apresentar.
COMISSÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS INDÍGENAS	Instituída pelo Decreto Nº 31.794 de 23 de Maio de 2016 a COEPI/MA terá caráter transitório de 18 (dezoito meses a contar da	GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO coordenado pela SEDIHPOP Secretaria Estadual	Rosa Eliana Torres e Francisco das Chagas Torres	Construção de um plano Estadual de políticas públicas para os povos indígenas, com diretrizes que norteará o governo do Estado nas Políticas de promoção de direitos fundamentais no âmbito do	Participação nos debates e construção de propostas para o Plano Estadual de Políticas de Promoção de Direitos fundamentais no âmbito do

(COEPI/MA) com duração de dezoito (18) meses	publicação do Decreto) Encontro de 2 em 2 meses, podendo ser em Imperatriz, São Luís ou Grajaú	dos Direitos Humanos e Participação Popular		Estado do Maranhão levando em conta questões de saúde, educação, produção agrícola, segurança territorial, combate a incêndio.	Estado do Maranhão para os povos indígenas, junto a outras lideranças visando todos os povos e tentando garantias de direitos e inclusão dos Tremembé,
V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13 e 14 de julho de 2017 - Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social - Raposa - MA	Raimundo Durval Torres e Valquíria Oliveira Torres	Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS.	Propuseram ações voltadas para as comunidades indígenas, ciganas e quilombolas, respeitando as especificidades de cada comunidade. Escolha de Raimundo Durval Torres para ser suplente.
CONFERÊNCIA REGIONAL TIMBIRA, VALE DO ARAGUAIA, GUAJAJARA E XERENTE DA II CONEEI - 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.	22 a 24 de agosto de 2017. Local: Auditório Pousada dos Pirineus - Pirinópolis - GO	MEC - Ministério da Educação	Rosa Eliana Torres	"O Sistema Nacional de Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos Povos Indígenas".	Defesa das propostas que abrange os Territórios etnoeducacionais (TEEES) no reconhecimento das comunidades e escolas indígenas em contextos urbanos e/ou de litígio territorial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B.; SANTOS, G. S. (orgs). *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p.25-67.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Papirus Editora, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 2002.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Còllege de France (1989-92). (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURGOIS, Philippe. La Mobilisation Ethnique . Actes de la Recherche En Sciences Sociales, n°99, setembro 1993, 53-54.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2012.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, v.4/1, abr. 1998.